

Sucesso de público na palestra sobre luxo como estratégia promovida pela ACRJ

O empresário Carlos Ferreirinha, criador da MCF Consultoria, especializada no mercado de luxo e comportamento de consumo, foi o convidado do encontro promovido pelo Conselho Empresarial da Mulher no Ambiente de Negócios da ACRJ, na última segunda-feira, 4 de agosto. Ferreirinha foi convidado pela presidente do Conselho, Michelle Novaes, para falar sobre o mercado do luxo como estratégia de marketing.

Fluminense de nascimento, Ferreirinha tem uma trajetória de sucesso marcada pelo empreendedorismo, depois de anos trabalhando como executivo de grandes marcas. Para uma plateia lotada, o empresário fez a palestra "O olhar para o extraordinário: a experiência do luxo como estratégia".

O evento reuniu empresários, empreendedores e lideranças para discutir o papel estratégico do luxo na economia, especialmente no Rio. Presentes também o presidente da ACRJ, Josier Vilar, e do Conselho Superior, Ruy Barreto Filho, o 1º vice-presidente Laudelino Mendes, e o 2º vice-presidente, Alexandre Accioly.

Na abertura do encontro, a presidente do Conselho da Mulher, Michelle Novaes, lembrou que Ferreirinha transformou a forma como o mercado enxerga o mercado de luxo. "Não apenas como um segmento, mas como uma matriz poderosa de diferenciação e valor. Hoje vivemos um privilégio raro. E hoje ele está aqui, no coração do Rio de Janeiro, seu estado natal, e dentro do Conselho da Mulher da Casa de Mauá, para dividir conosco suas reflexões", acrescentou, disse.

Ao lado de Michelle Novaes, o vice Alexandre Accioly pontuou que o Rio de Janeiro vem se consolidando também como um polo de turismo de alto padrão, impulsionado por marcas de peso no setor gastronômico e hoteleiro. "O cenário, que antes parecia distante da realidade carioca, hoje conta com grandes marcas que ajudam a posicionar a cidade no radar de turistas exigentes e de alto poder aquisitivo", pontuou.

"O Conselho da Mulher da ACRJ está de parabéns por promover este debate tão importante e assim contribuímos para transformar a nossa cidade em um lugar mais atrativo para se investir, trabalhar, empreender, viver e visitar", ressaltou Josier Vilar.



Fotos Miguel Sá

Com plateia cheia, evento reuniu empresários, lideranças femininas e profissionais do setor na sede da ACRJ



O especialista e convidado especial Carlos Ferreirinha



O presidente da ACRJ, Josier Vilar; a presidente do Conselho Empresarial da Mulher no Ambiente de Negócios da ACRJ, Michelle Novaes; Carlos Ferreirinha; e o 2º vice-presidente da associação, Alexandre Accioly



Bianca Russomano e Gabriela Caiado



O vice-presidente da ACRJ Alexandre Accioly durante sua fala, ao lado da anfitriã Michelle Novaes



Murillo Alevatto, Cesar Mello e Marcelo Alves, vice-presidente do Correio da Manhã



Flavia Marcolini e Jacyra Lucas durante o encontro na ACRJ



Claudia Leon, Cris Pinheiro Guimarães e Marcela Alcantara



David Hertz, Carlos Ferreirinha e Michelle Novaes

PINGA-FOGO

■ **HAJA CORAÇÃO** - O governador Cláudio Castro deixou só para depois do Carnaval a decisão de quem ele irá apoiar para a sucessão estadual, seguindo a sinalização do senador Flávio Bolsonaro e do ex-presidente Jair. Muita água ainda vai passar debaixo da ponte. Com os problemas provocados pelas decisões do ministro Alexandre de Moraes, a prioridade da direita é a Anistia e o impeachment. As sucessões estaduais perderam o gás no debate da direita em todo o Brasil.

■ **ZABELLI** - Com a prisão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Paulo Azi (União Brasil-BA), e o relator do caso, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), definiram nesta terça-feira (5) a convocação de cinco testemunhas que irão depor na comissão sobre o hacker Walter Delgatti Neto e o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que participaram por videoconferência.

■ **AUTÓDROMO** - O prefeito do Rio, Eduardo Paes, terá reunião na terça-feira, 19 de agosto, para a apresentação do Projeto Autódromo, com o empresário Roberto Medina e Rodolfo Riechert, do Banco Genial. O encontro, às 12h, contará ainda com a presença de Ricardo Acto e Gustavo Mostof.

■ **HOMENAGEM A CARLOS CARVALHO** - A Família Carvalho convida a todos para a celebração da missa de 1 ano em memória de Carlos Fernando de Carvalho, fundador de construtora Carvalho Hosken. A cerimônia religiosa será no dia 11 de agosto, às 19h, na Paróquia São Marcelino Champagnat, no Rio2.

■ **CONECTA VAREJO** - Entre os dias 12 e 15 de agosto, o palco do Conecta Varejo, espaço de networking e palestras com curadoria assinada pela Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ), dentro do Rio Innovation Week, receberá players importantes do varejo e da tecnologia, como o TikTok, Coca-Cola, iFood, Shopee, Unilever, entre outros. Em debate, palestras e encontros, o tema central será "O mundo que transforma o varejo, o varejo que transforma o mundo".

■ **SERVIÇOS DE SAÚDE** - Uma emenda do deputado federal Hugo Leal libera em torno de R\$ 1 milhão para o Hospital Municipal Hugo Miranda, em Paraty. Os recursos serão usados em obras de estrutura da unidade de saúde na Costa Verde e também em melhorias na prestação e serviços. O deputado ressalta que o fato de o hospital ser referência no atendimento precisa de apoio para continuar oferecendo atendimento de qualidade. Recentemente o jornalista americano Terrence McCoy elogiou o atendimento que recebeu no hospital após passar mal na cidade histórica. Ele foi às redes sociais, no dia 29 de junho, e relatou o tratamento de primeira linha que teve.

Fernando Molica

Bolsonaro deve ser condenado, mas Constituição proíbe censura

A prisão de Jair Bolsonaro reforça a necessidade de o país regulamentar o uso de redes sociais, até para que sejam criados parâmetros que definam a eventual possibilidade de o Judiciário decretar censura prévia, algo proibido pela Constituição.

Ao que tudo indica, o ex-presidente será — mercedamente — condenado pela tentativa de golpe de Estado, mas isso não deveria impedi-lo de se expressar, e de, na sequência, pagar por crimes que cometa em suas falas.

O texto constitucional é claro ao vedar "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". Isso não quer dizer que fiquemos impunes ao cometer crimes no exercício desta liberdade de expressão.

O Supremo Tribunal Federal acertou ao tomar medidas para impedir a fuga do ex-presidente, que já havia flertado com o pedido de exílio ao passar duas noites na Embaixada da Hungria ao ter seu passaporte apreendido — a aliança com Donald Trump também favoreceria uma saída do país. Mas a corte se excedeu ao impedir o acesso do ex-presidente a redes sociais.

De acordo com a maior de nossas leis, não se pode censurar alguém com base na previsão de que, ao se manifestar, a pessoa irá cometer um crime. Esse tipo de delito tem que ser efetivado, para, depois, ser punido.

O Judiciário, em diferentes instâncias, tem impedido a livre

expressão em diversos casos, até mesmo para impedir a publicação de acusações contra magistrados e autoridades.

Promulgada muito antes da invenção da internet, a Constituição não poderia prever o caos que seria provocado nas redes sociais, o tamanho da disseminação anônima de mentiras e de uma imensa variedade de crimes.

Os constituintes não tinham como imaginar a máquina de desinformação e de destruição da democracia e da liberdade que seria construída, não haveria como se pensar na distribuição industrial de acusações inverídicas que seria criada.

O processo político sempre foi contaminado por boatos e falsidades, são incontáveis os casos em que candidatos foram prejudicados por falsas informações. A velocidade do processo eleitoral facilita esse tipo de crime: apuradas as urnas, fica mais complicado apurar responsabilidades e punir os responsáveis pelas mentiras. A Justiça Eleitoral costuma demonstrar uma tolerância absurda com falsidades espalhadas às vésperas ou mesmo no dia da eleição.

Alinhado com a nova extrema direita internacional, o bolsonarismo se especializou na proliferação escancarada de falsidades, produziu uma espécie de linha de montagem de pequenas bombas atômicas que passaram a ser fornecidas a um público capaz de aceitar qualquer acusação contra os adversários.

Tamanha quantidade de crimes, porém, só pôde ser efetivada graças à leniência da polícia, do Ministério Público e da Justiça. A mesma lentidão e incompetência que se verifica na apuração de delitos como as novas faces do estelionato.

Para garantir sua impunidade, bandidos contam com a facilidade de ocultação de suas digitais e com uma legislação não preparada para a enxurrada de casos de incitação ao crime, de injúrias, calúnias e difamações. Sabem também utilizar o falso argumento de defesa de uma liberdade absoluta, como se tivéssemos o direito, por exemplo, de estimular, sem risco de punição, o racismo, a pedofilia, os estupros e os assassinatos.

O Código Penal pune o crime que, iniciado, "não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente". Lei sancionada por Bolsonaro também considera crime a tentativa de golpe de Estado e a abolição do Estado de Direito (seria impossível punir golpistas que chegassem ao poder).

Mas não se pode impedir alguém de se manifestar com base na suposição de que, ao falar, ele ou ela cometerá um crime. O que pode e deve fazer é punir com rapidez os abusos anteriores.

Bolsonaro já disse e publicou muitos desatinos capazes de gerar condenações, mas vinha sendo poupado pela Justiça. A mesma Justiça que, agora, decide puni-lo pelo que ainda não disse.

Tales Faria

Petistas suspeitam de armadilha de Bolsonaro para ser preso

Ronda no PT e no governo a suspeita de que o Supremo Tribunal Federal tenha caído em uma armadilha montada pelo ex-presidente Bolsonaro.

A coluna encontrou um desses petistas, o deputado Paulo Pimenta (RS), que foi ministro da Comunicação do governo Lula até janeiro deste ano. Ele diz que Bolsonaro queria ser preso:

"Bolsonaro forçou a prisão, agiu de forma deliberada para que essa prisão acontecesse", disse.

E quais teriam sido os motivos para o ex-presidente da República querer ser preso? Pimenta dá duas razões. A primeira delas seria a proximidade de sua condenação no processo em que será julgado por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes.

"Bolsonaro sabe que as provas contra ele são robustas. Os depoimentos confirmaram o que a Polícia Federal e o Ministério Público já tinham apurado: que ele é comprovadamente o líder de uma organização criminosa. E que essa organização promoveu o conjunto de iniciativas para desacreditar as urnas eletrônicas; o financiamento dos acampamentos em frente aos quartéis; e os atos preparatórios que culminaram no Oito de Janeiro de 2023."

Vale lembrar que esse foi o dia da invasão e depredação, por uma multidão bolsonarista, das sedes dos Três Poderes em Brasília. Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o quebra-quebra foi resultado da trama golpista urdida por Bolsonaro e seus seguidores.

"Bolsonaro sabe que está comprovado no processo que toda a engrenagem foi pensada, financiada e coordenada por ele, seus generais e outras pessoas em torno. Mas ele precisa manter a sua base radicalizada e aquecida. Aquelas pessoas que foram para a frente dos quartéis, acreditando que as urnas eletrônicas não são suficientemente seguras", argumenta Pimenta.

Segundo ele, a prisão preventiva foi provocada como parte da estratégia de vender que Bolsonaro é um perseguido, preso porque não tem liberdade de expressão.

Pimenta diz que o segundo motivo de Bolsonaro buscar a prisão está nos EUA.

"Todos acompanhamos as manifestações do Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos. Ele não escondeu de ninguém que o objetivo da família Bolsonaro é dificultar todas as tentativas de negociação entre o governo brasileiro e o governo Donald Trump e

entre empresários. O objetivo é prejudicar as negociações que, nos últimos dias, vinham avançando. Nós estamos às vésperas da entrada em vigor das tarifas. Setecentos produtos foram tirados da lista. E ainda temos expectativa de que novas negociações vão ter êxito. O Bolsonaro sabia que a prisão dele, nesse momento, pode prejudicar o diálogo."

Para Pimenta, até mesmo a participação de Bolsonaro na manifestação do domingo, 3, por meio de uma transmissão de vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi pensada para que o STF não tivesse e outra saída que não fosse determinar sua prisão.

Mas Pimenta acredita que, apesar disso, Bolsonaro não terá sucesso:

"Não vai alterar o ritmo e o andamento das coisas. Ele será julgado, vai cumprir pena. E a democracia brasileira vai sair desse processo fortalecida. E nós vamos encontrar alternativas de negociação aos Estados Unidos com abertura de outros mercados. O Brasil sairá desse processo mais forte", diz, otimista.

Ficou a pergunta: então o STF agiu à revelia do interesse do governo?

E o ex-ministro respondeu enigmático: "Nós não mandamos no STF."